Dimensões da Social-Democracia Brasileira

Simon Schwartzman

Contribuição ao Seminário sobre *Dimensões da Social-Democracia Brasileira*, editado por João Paulo M. Peixoto e Carlos Henrique Cardim, Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 1997, p. 152-161

DEPUTADA YEDA CRUSIUS: Agradecemos a exposição de Vilmar Faria, e imediatamente passamos ao debate do nosso companheiro Simon Schwartzman, lembrando que o debate em relação à exposição de Lourdes Solla será feito em conjunto, logo a seguir às proposições para debate de Simon Schwartzman.

SIMON SCHWARTZMAN: Muito obrigado. Queria agradecer o convite para participar deste debate. Falo evidentemente a título pessoal, e não a partir de minha função neste momento do IBGE e, consequentemente, no governo. Falar depois de Vilmar Faria é um grande problema, porque ele diz tudo com muita propriedade, com todas as colocações que precisam ser feitas, e melhor do que eu faria. Então, sobra muito pouco para acrescentar.

Além do mais, concordo praticamente com tudo que foi dito até aqui. No entanto, gostaria de enfatizar, nesses minutos que eu tenho, o último aspecto que ele mencionou, que é a questão política, que na verdade é a questão que interessa do ponto de vista do Partido. O entendimento da situação, do que tem que ser feito, das dificuldades, dos limites e das possibilidades, em relação a tudo isto a colocação que Vilmar faz me parece perfeita. A questão toda é a da viabilidade política disso, porque é muito difícil, é um longo caminho. A problemática social brasileira não tem solução a curto prazo, ela tem que ir melhorando aos poucos, é um processo que vai nos acompanhar com problemas

sérios e graves ao longo as próximas décadas. Esse caminho tem que ser seguido, e tem que ser baseado no consenso da sociedade.

Gostaria de comentar alguns aspectos adicionais aos que Vilmar mencionou chamando a atenção para algumas questões ideológicas relacionadas com a concepção a respeito da questão social.

Primeiro, a política social e a política econômica são convergentes ou divergentes? Eu lembro que no livro clássico de T. H. Marshall, onde ele fala sobre cidadania, há uma referência a uma discussão antiga na Inglaterra exatamente sobre isso: o quanto é necessário abandonar a eficiência econômica em nome do bem-estar social, e vice-versa. Supondo que a eficiência econômica, no seu limite, não destina recursos para a Educação ou para a Saúde, para cuidar dos pessoas, começar a destinar recursos para isso significa sair da posição liberal extrema, que consideraria estes gastos como um sacrifício da racionalidade econômica, e por isto prejudiciais no longo prazo. A social-democracia europeia desenvolveu o princípio oposto, ou seja, a idéia de que gastos sociais e racionalidade econômica são coisas que vêm juntas: se eu educo a população e trato de sua saúde, ela será mais produtiva; se o trabalhador vive mais contente, produzirá melhor, e assim por diante. Na visão social-democrática, portanto, a política social contribui e reforça a política econômica, e não é uma coisa oposta a ela.

Quem tem razão? Esse dilema não pode ser resolvido em nível abstrato, não é uma questão meramente teórica. A experiência dos países ocidentais mostrou que de fato os investimentos feitos na área do bem-estar social, na educação e sobretudo na formação das pessoas, serviu como um elemento importante de apoio e de viabilização do crescimento econômico, do desenvolvimento que esses países tiveram. No entanto, o investimento na área social pode também significar um desvio ou uma forma de perda de recursos e flexibilidade que prejudica a atividade econômica. No Brasil temos uma situação onde esse dilema se coloca de maneira peculiar, porque nossos gastos sociais nem sempre foram voltados para os grupos sociais que mais os necessitam. Uma parte significativa de nossos gastos sociais acabam sendo usados em benefício de setores que desenvolveram, ao longo do tempo, estratégias para viver às custas de rendas públicas,

benefícios que de uma maneira ou de outra são extraídos das riquezas geradas pela sociedade, e que são usados de forma pouco produtiva.

Uma boa parte da atividade política no Brasil é ainda hoje dedicada a ver como se consegue que o Estado repasse recursos para atender a grupos determinados, realize gastos em determinados setores, e faça uma série de atividades não se traduzem em aumento da produção nem em atendimento às necessidades dos setores mais carentes. O dado que Vilmar Faria mencionou a respeito da alta proporção dos gastos sociais que vai para as classes médias e altas no Brasil é um exemplo disto. Um caso óbvio é o nosso sistema universitário, que dá educação superior gratuita e de qualidade aos filhos das elites que passam nos vestibulares, mas faz com que as classes médias e pobres quase sempre só tenham acesso ao ensino pago. Existem outros exemplos mais graves, ainda que nem sempre tão visíveis, como o da crise fiscal dos Estados da Federação que estamos vivendo hoje. Esta crise decorre, como sabemos, de isenções fiscais generosas e gastos exagerados com funcionalismo e obras públicas, iniciadas frequentemente com objetivos políticos-eleitorais, custos que no passado acabavam sendo cobertos pelo governo federal, gerando inflação e sangrando desta forma a capacidade produtiva do país.

A tradição de viver às custas de benefícios transferidos do setor produtivo é antiga no Brasil, e era possível quando a economia do país mesmo assim continuava crescendo, ou, mais recentemente, pelo descontrole financeiro causado pela inflação. Ainda existem os que pensam que os recursos públicos são infindáveis, mas estas práticas estão encontrando o seu limite, e chegando ao fim. No momento em que se estanca a inflação, a verdade dos números começa a aparecer. Uma boa parte da crise administrativa que estamos vivendo no Brasil hoje tem a ver com isso, com o fato de que na sociedade brasileira está sendo cada vez mais difícil, e inaceitável, viver simplesmente pela transferência de recursos públicos. Isso afeta alguns beneficiários dos segmentos mais generosos dos recipientes de recursos sociais, como os aposentados do setor público, mas também afeta outros setores que viviam da transferência política de recursos, através, por exemplo, do estado permanente de falência da maioria de nossos governos estaduais. cobertos até recentemente por emissões do Banco Central. Uma das consequências desta

situação é que os setores mais necessitados de recursos e apoio acabam não recebendo nada.

O *Welfare State* brasileiro, nosso estado de bem estar social, desenvolvido desde a década de trinta, sempre se caracterizou por beneficiar somente a uma parcela pequena da sociedade, deixando a grande maioria desprotegida e desassistida. Alguns estudiosos dizem que o Brasil seguiu um modelo autoritário de modernização, um modelo centralizado que concentrou benefícios nos setores politicamente mais articulados, deixando os demais a descoberto. A própria legislação trabalhista, que garante uma série de direitos e benefícios aos trabalhadores, ficou por muito tempo restrita aos trabalhadores urbanos, e só a partir dos anos sessenta começou muito gradualmente a se estender para as áreas rurais.

O resultado foi que desenvolvemos uma sociedade parecida com a dos modelos social-democráticos europeus, mas restrito a uma parcela pequena da população. Para essa parcela pequena, o país se desenvolveu, deu educação básica, deu acesso à educação secundária e à universidade pública, criou cidades modernas - enfim, criou um pequeno país moderno dentro de um pais pobre, a Bélgica dentro da Belíndia, na imagem difundida por Edmar Bacha vários anos atrás. Essa "Bélgica" é como se fosse uma democracia europeia, mas é chegada a hora de incorporar a "Índia" a essa 'Bélgica". A "Bélgica" não gosta, porque vai ter que dividir seus benefícios com a Índia. A dificuldade é ainda maior pelo fato de que ela continuou aumentando seus custos, sem no entanto gerar riqueza em quantidade correspondente.

Um exemplo da situação em que vivemos é a discussão que o Ministério do Trabalho está levantando sobre as diferentes formas de contrato de trabalho. hoje menos da metade da população economicamente ativa do país se beneficia dos direitos previstos na legislação trabalhista, que existem quando as pessoas têm um contrato de trabalho devidamente legalizado e carteira assinada. Estes benefícios encarecem a mão de obra, e isto faz com que se ofereçam menos empregos, ou que as pessoas sejam empregadas de forma irregular. Assim, os outros 50% trabalham sem nenhuma proteção ou benefício social, ou ficam desempregados. A proposta do Ministério do Trabalho é flexibilizar o sistema, criando formas diferentes de contratação, em alguns casos com menos benefícios, mas

também a custos menores, aumentando assim a oferta de emprego e a cobertura do sistema de proteção social. Esta proposta é resistida pelos setores que já gozavam do atual sistema de benefícios, que se sentem ameaçados. E uma preocupação legítima, mas o resultado é que a situação dos desprotegidos continua sem solução. Seria ideal, naturalmente, que os benefícios que hoje existem fossem melhorados e estendidos a todos, como pretende nossa legislação, mas infelizmente não é possível criar riqueza simplesmente legislando.

De uma maneira geral, então, o que está ocorrendo é que muitas das bandeiras da social-democracia acabaram capturadas por setores restritos da sociedade, que defendem seus benefícios especiais como se fosse a defesa dos interesses da sociedade como um todo. Enquanto isto, a preocupação em criar as condições de aumentar a renda e os benefícios para a grande maioria da população excluída, de nossa "Índia", que pode implicar em reduzir ou flexibilizar privilégios cristalizados, acaba ficando tachada de "neoliberal". Eu diria que o PSDB de hoje, ao colocar no centro de sua agenda o revigoramento da economia, a eliminação dos privilégios e a extensão dos benefícios da política social aos setores sociais menos favorecidos, retoma da forma mais autêntica possível as bandeiras clássicas da social-democracia. Mas esta bandeira precisa ser disputada e ganha, ante a opinião pública, dos que usam os argumentos social-democrático para a defesa de seus privilégios.

Então, a social-democracia brasileira tem que se fortalecer como portadora de uma ideologia contra o privilégio, intolerável numa sociedade que precisa se desenvolver, modernizar e incorporar a população hoje marginalizada nos benefícios da criação da riqueza. E importante denunciar quando a defesa do privilégio aparece disfarçada como defesa do bem comum, ou como defesa do princípios gerais da democracia. As vezes é difícil, mas esta separação do joio e do trigo é um componente fundamental do trabalho político do PSDB.

Outro importante ponto da agenda política do PSDB é o da moralidade pública. O Brasil continua sendo um pais onde existem comportamentos políticos imorais, corrupção, mas a diferença do Brasil de hoje do Brasil de poucas décadas atrás é que isto hoje é intolerável, a opinião pública não aceita. No passado, o político podia dizer que "rouba

mas faz", e ficava por isto mesmo. Hoje, no momento em que fica caracterizado ante a opinião pública que o comportamento de um político não é ético nem moral, ele desaparece da vida pública. Esse é um componente novo na política brasileira, que deve ser ressaltado e que faz parte de uma nova visão, de uma nova ideologia que cabe ao PSDB ajudar a consolidar. Segundo esta nova visão, o Brasil que se desenvolve, moderniza e enfrenta seus problemas sociais, mais graves é um país que não deve ter tolerância nem com o privilégio nem com a corrupção, nem com comportamentos políticos escusos. A questão da eficiência no uso dos recursos públicos também é importante, e precisa ser mais ressaltada. os governantes não devem ser somente honestos, mas devem usar de maneira adequada os recursos de que dispõem. O mal uso dos recursos públicos significa menos benefícios sociais e menos recursos para investir em atividades produtivas. O tema da reforma administrativa, como meio de fazer com que as organizações governamentais incorporem mecanismos mais modernos de gerência e administração, é portanto um ponto central da agenda democrata.

Outro ponto importante é o da descentralização e a mobilização da sociedade a partir de suas bases, que também Vilmar mencionou. A idéia é que o governo federal não pode pretender fazer tudo, a sociedade tem que se envolver, os governos estaduais e municipais têm que cumprir sua parte.

Finalmente, Vilmar colocou em sua apresentação um outro ponto muito importante, que é o da igualdade de oportunidades como característica central das democracias modernas, como algo diferente da igualdade enquanto tal. As instituições públicas têm a responsabilidade de garantir a todos condições para se educar e se desenvolver, mas não tem obrigação de dar a todos, além de um certo mínimo, um conjunto determinado de bens e serviços, independentemente do que elas fizeram para consegui-los e merecê-los. Este mínimo educação básica, saúde pública, proteção à saúde - é indispensável para garantir a igualdade de oportunidades, e os países com mais recursos podem, evidentemente, e ampliando este mínimo para patamares cada vez mais altos. Mas a idéia de que as pessoas não tem direito a benefícios pagos pela sociedade quando não trabalham para eles nem estão em situação de carência é também um dos componentes importantes da nova visão social democrática.

Estes pontos não chegam a se constituir em uma ideologia nem uma plataforma política, mas são itens que devem fazer parte de uma visão do Brasil moderno e socialmente justo que estamos buscando construir. Cabe às lideranças do partido discutir, dar forma a estas ideias e apresentá-las à sociedade brasileira de forma convincente, como parte central de seu programa. Então, repetindo um pouco o que já disse: é preciso ir consolidando, na sociedade brasileira, esta idéia de que é inaceitável a situação de grupos que vivem das transferências de recursos públicos, assim como de lideranças que fazem da política simplesmente uma maneira de capturar recursos públicos: para a satisfação dos interesses dos seus partidos, dos seus governos, de seus amigos, de suas companhias. O PSDB tem que ser o partido do futuro, do progresso e da justiça social. Os ideais da social-democracia não podem ficar prisioneiros dos grupos restritos que acabam sendo corresponsáveis pela manutenção das desigualdades e do atraso. Do ponto de vista político, articular um programa que dê ênfase a estas questões me parece que é um papel fundamental para o PSDB, para garantir sua presença como representante dos interesses maiores do país.